

SOCIOLOGIE:

ORDEM E POLÍTICAS SOCIAIS NA ATUALIDADE

2

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
MARIA FILOMENA RODRIGUES TEIXEIRA
SILVÂNIA MARIA ROSA
(ORGANIZADORES)

SOCIOLOGIE:

ORDEM E POLÍTICAS SOCIAIS NA ATUALIDADE

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
MARIA FILOMENA RODRIGUES TEIXEIRA
SILVÂNIA MARIA ROSA
(ORGANIZADORES)

2

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremona

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Sociologie: ordem e políticas sociais na atualidade 2

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Maria Filomena Rodrigues Teixeira
Silvânia Maria Rosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologie: ordem e políticas sociais na atualidade 2 / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Filomena Rodrigues Teixeira, Silvânia Maria Rosa. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-680-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.802212911>

1. Sociologia. I. Purificação, Marcelo Máximo (Organizador). II. Teixeira, Maria Filomena Rodrigues (Organizadora). III. Rosa, Silvânia Maria. IV. Título.
CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Prezado leitor, saudação.

Colocamos à sua disposição a obra - “Sociologie: Ordem e política sociais na atualidade”, organizada em dois volumes. Uma obra que nasceu marcada pela força e expansão de seus discursos no campo das ciências sociais e áreas afins, requerendo diálogo e reflexão sobre questões que nos são caras, necessárias e urgentes nesta nova ordem social. Uma obra editada em várias mãos e idiomas, envolvendo pesquisadores de vários países, comprometidos com a reflexão permeada por ordens políticas e sociais que emergem em contextos sociais ao redor do mundo. Neste primeiro volume, os textos apresentam grande diversidade e estabelecem vínculos com as seguintes palavras-chave: Anatomia do idoso; Atualidades; Comunidade marginada; Desenvolvimento socioeconômico e humano; Desenvolvimento urbano; Engajamento; Estudo comparativo; Família; Feminismo; Gênero; Jornalismo colaborativo; Licenciatura; Liderança comunitária; Mediação da informação; Movimento Social; Mulher; Organizações; Pandemia; Política de cotas; Políticas sociais; Prática docente; Preconceito; Sociedade; Sociedade civil; Sociologia. Desejamos a todos você uma excelente leitura.

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Cinara Miranda Chaves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O PENSAMENTO CULTURAL KAINGANG SOBRE SAÚDE

Alice do Carmo Jahn
Gabriela Manfio Pohia
Elaine Marisa Andriolli
Marta Cocco da Costa
Ethel Bastos da Silva
Antonio Joreci Flores

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129111>

CAPÍTULO 2..... 14

PROCESOS DE SUBJETIVACIÓN EN PERSONAS EN CONDICIÓN DE DISCAPACIDAD. ESTUDIO DE CASOS EN CIUDAD DE MÉXICO

Carlota Marisol García Pacheco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129112>

CAPÍTULO 3..... 31

VIOLENCIA FÍSICA, CUERPOS VIOLENTADOS Y EMOCIONES VULNERADAS. CASO DE ESTUDIANTES DE LA UNIVERSIDAD VERACRUZANA

Jeysira Jacqueline Dorantes Carrión

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129113>

CAPÍTULO 4..... 44

GRANDES PROJETOS AMBIENTAIS E A RECONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO. FISCAL OU PARCEIROS?

Maria de Lourdes Cútalo de Lira Basques

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129114>

CAPÍTULO 5..... 50

PROPUESTA DE ACOMPAÑAMIENTO A PROFESORES PARA ABORDAR LA INCLUSIÓN/EXCLUSIÓN EN LA ESCUELA

Ruby Vizcarra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129115>

CAPÍTULO 6..... 61

POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM 'ESTADO DA QUESTÃO' SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ESTUDANTIL

Rita de Cássia Soares de Souza Bueno
Neusa Chaves Batista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129116>

CAPÍTULO 7..... 78

TEMPORALIDADES DEL EJERCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL (EZLN) Y

CONGRESO NACIONAL INDÍGENA (CNI) EN ESPACIOS INSTITUCIONALES
DIGNIDAD Y ESPERANZA EN EL TABLERO DE LO POLÍTICO

Fernando Matamoros Ponce

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129117>

CAPÍTULO 8..... 93

SABERES TRADICIONAIS SOBRE TERRITÓRIO E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL NA INTERFACE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM COMUNIDADES
INDÍGENAS DO NORTE DE RORAIMA

Arlene Oliveira Souza

Alessandra Rufino Santos

Franzmilller Almeida Nascimento

Marília Pereira da Silva

Vicente José de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129118>

CAPÍTULO 9..... 108

VALORAÇÃO AMBIENTAL DO RIO DA MADRE NA GUARDA DO EMBAÚ- SC

Julio Cesar Lopes Borges

Adriano de Amarante

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129119>

CAPÍTULO 10..... 121

UNA ESTRATEGIA DE PREVENCIÓN PARA DISMINUIR EL ÍNDICE DE CÁNCER DE
MAMA EN MUJERES MAYORES DE 25 AÑOS, EN EL CENTRO ESTATAL DE ATENCIÓN
ONCOLÓGICA DE MORELIA MICHOACÁN

Gaudencio Anaya Sánchez

Adriana Calderón Guillén

Víctor Hugo Anaya Calderón

Estefany del Carmen Anaya Calderón

Roger Nieto Contreras

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80221291110>

CAPÍTULO 11..... 136

TURISMO E IMPACTOS AMBIENTAIS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MARAÚ-BA

Andressa de Sousa Santos Ferreira

Helena Maria de O. Martins

Kamile Ferreira Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80221291111>

CAPÍTULO 12..... 149

VOICES REFLECTING THE BURDEN OF DISEASE IN MEXICO

Blanca Estela Pelcastre-Villafuerte

María Guadalupe Ruelas-González

Tonatiuh González-Vázquez

Héctor Gómez Dantés

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80221291112>

CAPÍTULO 13.....	166
TEORÍA SOCIAL CRÍTICA MÁS ALLÁ DE LA MODERNIDAD	
Susana Raquel Barbosa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.80221291113	
CAPÍTULO 14.....	173
EL “ENVERDECIMIENTO” DE COSTA RICA: UNA GUERRA CONTRA LA SUBSISTENCIA	
Ana Isla	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.80221291114	
CAPÍTULO 15.....	188
TRAJETÓRIA DE AGRICULTORES FAMILIARES: SUAS POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS DE AÇÕES COLETIVAS COM CONTRIBUIÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA-UFSM	
Alice do Carmo Jahn	
Antonio Joreci Flores	
Elaine Marisa Andriolli	
Marta Cocco da Costa	
Ethel Bastos da Silva	
Gabriela Manfio Pohia	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.80221291115	
CAPÍTULO 16.....	200
PROPUESTA DE EDUCACIÓN SUPERIOR INTERCULTURAL PARA LA DESCOLONIZACIÓN DE LA VIDA. CASOS DE LA UNIVERSIDADES INDÍGENAS TUPAK KATARI, BOLIVIA E INSTITUTO SUPERIOR EUGENIO ESPEJO, ECUADOR	
Aquiles Alfredo Hervas Parra	
Tania Leonor Parra Proaño	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.80221291116	
SOBRE OS ORGANIZADORES	216
ÍNDICE REMISSIVO.....	218

CAPÍTULO 11

TURISMO E IMPACTOS AMBIENTAIS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MARAÚ-BA

Data de aceite: 01/11/2021

Data de submissão: 06/10/2021

Andressa de Sousa Santos Ferreira

Mestra em Economia Regional e Políticas
Públicas
UNEB - Universidade do Estado da Bahia
Ipiaú – Bahia
<https://orcid.org/0000-0002-4565-7562>

Helena Maria de O. Martins

Mestra em Economia Regional e Políticas
Públicas
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz
Ilhéus – Bahia
<https://orcid.org/0000-0002-1072-7452>

Kamile Ferreira Araújo

Mestra em Economia Regional e Políticas
Públicas
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz
Ilhéus – Bahia
<http://lattes.cnpq.br/4639305640909138>

RESUMO: O presente artigo investiga as relações entre turismo e desenvolvimento local, buscando identificar os impactos decorrentes dessa atividade sobre a reconfiguração socioeconômica e ambiental do município de Maraú-BA. Para tanto, utilizou-se como embasamento teorias de Território, definição do turismo como um valor econômico territorial, e de Desenvolvimento Local, relacionando os resultados que essa dualidade promove. Adotou-se o método de pesquisa exploratória e coleta de dados por

meio de pesquisa documental e de campo, realização de entrevistas semiestruturadas e observação. A análise do material coletado considerou variáveis referentes às dimensões de infraestrutura e urbanização, economia, educação e aspectos sociais. Os resultados apontaram forte precariedade infraestrutural, revelada pelo descarte inadequado do lixo, ausência de saneamento básico e dificuldades de acesso rodoviário. Identificou-se em âmbito econômico um nível de renda relativamente baixo, decorrente de falhas educacionais como o elevado número de analfabetos em idade laboral e a ausência de qualificação profissional. Denota-se a preocupação sobre o uso da terra ao serviço do turismo local em relação aos recursos naturais da Península, por sua vez, inserida em uma Área de Preservação Ambiental (APA). Diante desse quadro, fica evidente a necessidade de uma gestão territorial sustentável, de modo a direcionar os investimentos e ações públicas a disseminar os efeitos das potencialidades turísticas como um instrumento de desenvolvimento local.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Local; Turismo; Maraú.

TOURISM AND ENVIRONMENTAL IMPACTS ON LOCAL DEVELOPMENT IN MARAÚ-BA

ABSTRACT: This article investigates the relationship between tourism and local development, seeking to identify the impacts resulting from this activity on the socioeconomic and environmental reconfiguration of the municipality of Maraú-BA. For that, it was used as a basis theories of Territory, definition of

tourism as a territorial economic value, and Local Development, relating the results that this duality promotes. It was adopted the exploratory research method and data collection through documental and field research, semi-structured interviews and observation. The analysis of the collected material considered variables related to the dimensions of infrastructure and urbanization, economy, education and social aspects. The results showed a strong infrastructural precariousness, revealed by inadequate garbage disposal, lack of basic sanitation and difficulties in road access. In the economic sphere, a relatively low level of income was identified, resulting from educational failures such as the high number of illiterates of working age and the lack of professional qualification. There is concern about the use of land in the service of local tourism in relation to the natural resources of the Peninsula, in turn, inserted in an Environmental Preservation Area (APA). Given this situation, the need for sustainable territorial management is evident, in order to direct investments and public actions to disseminate the effects of tourist potential as an instrument of local development.

KEYWORDS: Local Development; Tourism; Maraú.

INTRODUÇÃO

A abordagem territorial tem dado suporte analítico à consolidação das ações de promoção ao desenvolvimento local, tomando por base o espaço como um ambiente social que congrega relações de poder. Diante dessa complexidade, valores são atribuídos ao território mediante suas particularidades, como no viés econômico em que uma atividade principal dinamiza as demais, inclusive políticas de desenvolvimento (DINIZ, 2001).

A organização territorial de Maraú, localizado no Território Litoral Sul da Bahia, foi fortemente influenciada pela paisagem que sustenta a atividade turística. Formado por 18 povoados e 2 distritos, destaca-se os povoados costeiros de Barra Grande, Saquirá, Taipu de Fora e de Dentro, Algodões etc. que compõem a Península de Maraú, responsável pelo dinamismo econômico. Essa região detém pousadas, hotéis, *resorts*, restaurantes e atividades culturais de alto padrão frequentados, principalmente, por turistas nacionais.

A partir desse cenário, o processo de consolidação do turismo em Maraú evidencia contradição com o coeficiente no Índice de Gini de 0.71 e o baixo IDH-M de 0,593 em 2010, pois apontam uma configuração socioeconômica desigual. O município pode ser considerado um bolsão de pobreza com renda per capita de R\$ 437,51 em 2010, em comparação com a alta arrecadação municipal de R\$ 37.726.776,46 em 2013 (Atlas Brasil, 2017; SETUR, 2015).

Logo, a problemática do estudo reflete sobre: De que maneira o turismo ordena a territorialidade e desenvolvimento em Maraú-BA? Assim, o objetivo é investigar as relações entre turismo e território, através da análise da atividade turística e seus impactos sobre a reconfiguração socioeconômica do município, o modo de vida dos moradores e condições ambientais de Maraú-BA.

TERRITÓRIO: CONCEPÇÕES E VALORES

A incorporação do território ao eixo da Economia Regional foi impulsionada pela mudança global ocorrida após as duas primeiras guerras mundiais, as crises entre elas, seus impactos econômicos. Por meio desse novo olhar, os planejadores de políticas públicas passam a priorizar o território, como fundamento do desenvolvimento, analisado conforme as relações sociais que nele se materializam (DINIZ, 2001; ALCOFORADO, 2006).

Dado como um termo polissêmico, o território não é homogêneo e apresenta dinâmicas complexas, conforme resumo conceitual da Tabela 1.

Teórico	Características
Milton Santos	O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.
Carlos Brandão	O território é uma mera superfície recipiente, de embarque e desembarque de capitais/coisas/pessoas, construir-se-á, graças à proximidade de atores cooperativos, um poderoso consenso, baseado nas relações de confiança mútua comunitária, que sustentaria, ao fim e ao cabo, o processo de avanço e progresso para todos.
Rogério Haesbaert	O território deve ser visto como revelador de parte ou de todas as dimensões: sociais, políticas, culturais, econômicas e, até mesmo, ambientais. É fruto de uma relação complexa entre os processos sociais e o espaço material e imaterial.

Tabela 1- Dimensões conceituais e teóricas que envolvem a terminologia do território

Fonte: Adaptado de Fernandes (2013).

Essa construção conceitual, que valoriza as dimensões material, de identidade e organizacional, incorpora-se o desenvolvimento sustentável e o planejamento, confirmando a importância da governança, das escalas de gestão, principalmente em nível local como fundamento para combater as fragilidades cíclicas da globalização. Por isso, o planejamento territorial tem se tornado cada vez mais participativo, correlacionando as dinâmicas locais e territoriais, um contexto econômico e societário em que transcorrem os processos de mudança social (SCHNEIDER, 2004; BRANDÃO, 2011; SALEM, 2014).

Entretanto, efetivar um prisma escalar de desenvolvimento se pauta em um conjunto de diversos valores produzidos na sociedade: sociológico, político, psicológico, econômico, segundo Lévy (1986). Sendo que em muitas situações o valor econômico é simplificado apenas ao valor de uso do território e de troca das coisas, porém a configuração econômica deve se pautar em um conjunto de atividades que subsidiem a principal, conforme sinaliza o conceito da cesta de bens, desenvolvida por Lancaster (1966), que propõe a geração de renda através da diferenciação territorial.

Independente do setor, o ativo será determinado pela peculiaridade do território como quando a paisagem se destaca e há uma tendência natural de impulsionar a economia para atividades produtivas e serviços relacionados ao turismo. Nesse caso, o turismo se torna um valor para o território e sua cesta de bens estará voltada à urbanização, conservação do patrimônio, melhor qualidade de vida das comunidades receptoras e sustentabilidade (MARTINS, 2007; ESPÍRITO SANTO; MACEDO, 2014).

TURISMO E DESENVOLVIMENTO

Assim como na maioria dos fenômenos socioeconômicos, o turismo não tem um conceito unidimensional. Adotando a vertente inclusiva, compreende-se o turismo relacionado ao “desenvolvimento de ações para minimizar impactos negativos e maximizar os positivos [...] que envolvam a sociedade em todos os seus aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais e ambientais [...]” (Panosso Netto, 2010, p. 17). Ao longo do tempo, foi incorporada à classificação, os tipos de turismo, a saber: Ecoturismo, Turismo Rural, Cultural, Social, de Estudo e Intercambio e de Sol e Praia etc. Segundo Brasil (2008), o Turismo de Sol e Praia, caracterizado por relacionar o lazer ou descanso às praias, predomina no Nordeste.

O turismo se apresenta como uma atividade econômica multidimensional que tem o potencial de desenvolvimento, porém, quando “desenvolvido sem planejamento adequado, pode ocasionar mudanças no território dos lugares onde se insere [...] tanto no ambiente natural, quanto cultural da população receptora e tem um papel na produção e consumo do espaço”. Dessa forma, o turismo se torna um “agente estressor” que causa desordem ao local e às relações que nela se constituem (MARTINS; MOLINA, 2008, p.1).

Visto sob essa ótica, o turismo passa a servir apenas o crescimento econômico e não ao desenvolvimento sustentável, ocasionando atrasos no progresso local e afetando a qualidade de vida da comunidade. Entretanto, ressalta-se que o turismo, quando devidamente explorado pelo poder público, proporciona muitos outros benefícios, além do quesito emprego, afinal, “o desenvolvimento verdadeiro só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada” (Furtado, 2002, p. 21).

Historicamente no Brasil, o turismo está ligado à paisagem litorânea e confirma a relação direta entre a atividade econômica e desenvolvimento territorial por meio de dois caminhos: o urbanismo e o ordenamento. Se por um lado o urbanismo ficou marcado pelo grande número de construções, infraestrutura e serviços; o ordenamento proporcionou o crescimento urbano, decorrência do êxodo rural. Martins (2007) ressalta o estabelecimento dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) como reforço do alinhamento entre o turismo e ordenamento e aponta como tendência uma inflexível convergência na urbanização.

METODOLOGIA

Este trabalho é fundamentado em uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa. A coleta de dados envolveu i) pesquisa bibliográfica e documental através de planos e documentos da política pública de incentivo ao turismo: livros, estudos teóricos e publicações governamentais; e ii) pesquisa de campo por meio de entrevistas que seguiram roteiros semiestruturados e direcionados aos representantes dos atores locais nas dimensões: população, poder público e mercado (4 moradores locais, 2 empresários hoteleiros, a prefeita, a chefe do gabinete e os secretários de Infraestrutura e de Turismo).

As entrevistas semiestruturadas foram registradas em gravador, através da função dos *smartphones*, em fotos e vídeos. Vale ressaltar que o critério de escolha dos entrevistados foi a relevância de sua atuação no processo do desenvolvimento turístico local, daí a necessidade de analisar e comparar as diferentes percepções dos impactos que o turismo gerou ao município de Maraú-BA.

Outro procedimento metodológico utilizado para a coleta de dados foi a iii) observação que tornou possível às pesquisadoras uma análise qualitativa de maior impacto, tendo em vista o aperfeiçoamento da compreensão da realidade dada, seus impactos e a tentativa de corroborar para as melhorias futuras. Seguindo a proposta deste trabalho, a observação foi arrematadora tanto para o processo fechamento da problemática e objetivos quanto para a análise da caracterização da atividade turística e o desenvolvimento local em Maraú.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARAÚ

O município de Maraú (Figura 3), localizado no litoral do estado da Bahia, em uma área total 848.381 km², situado na zona turística da Costa do Dendê, a 251 km ao sul da capital Salvador, foi originado em 1705, a partir da descoberta, por frades capuchinhos italianos de uma aldeia indígena conhecida como *Mayra*¹. Ao final da década de 1930, por meio do Decreto Lei nº 10.724, de 30 de março de 1938, a área foi elevada à categoria de Cidade, cuja nomenclatura oficial tornou-se Maraú (IBGE, 2010).

¹ Anos depois, em 1717, foi fundado o distrito de *Mayrahú* que, ainda no mesmo ano, foi elevado à categoria de freguesia, denominada São Sebastião de *Mayrahú*. Mais tarde, em 1761, foi criada a Vila de *Mayrahú*, que perdurou durante aproximadamente dois séculos (IBGE, 2010).



Figura 1 - Localização do município de Maráú-BA e principais povoados da Península

Fonte: Dados da pesquisa.

Como levantado pelo IBGE (2010), Maráú conta com dois distritos: Ibiáçú e Piabanha, e, além da sede, abarca dezoito povoados, dentre os quais se destacam os costeiros: Barra Grande, Ponta do Mutá, Saquaira, Taipu de Fora, Taipu de Dentro e Algodões (Figura 1), localizados na extensão da península onde predominam as atividades turísticas. O município é constituído por sessenta e seis setores censitários, sendo sete deles urbanos e quarenta e nove rurais. Em 2010, do total de habitantes correspondente a 19.101, cerca de 15.540 concentravam-se em áreas rurais, IBGE (2010). Com base em dados recentes, a população prevista para o ano de 2016 foi de 21.246 habitantes, IBGE (2016).

A configuração histórico-econômica de Maráú teve como pilar central a agricultura, especificamente a cultura do cacau, seguida da emergência das atividades turísticas, como constatado por (ESPÍRITO SANTO; MACEDO, 2014, p.8) ao afirmarem que “ao final do século XX, principalmente após a crise na lavoura cacauaieira o turismo despontou como uma potencial atividade econômica na Península de Maráú”. Ainda assim, Ione Faria, chefe de gabinete da prefeitura de Maráú, relatou que a agricultura familiar continua sendo a atividade econômica que concentra o maior número de trabalhadores, sobressaindo-se a produção de coco, piaçava, dendê, cravo da índia, pupunha, cacau, guaraná e pimenta do reino, bem como a atividade pesqueira, Silva e Souza Filho (2011).

Entretanto, este panorama vem passando por mudanças, tendo em vista o acentuado crescimento da atividade turística na Península. Ao observar a Tabela 2, nota-se o avanço do setor terciário entre os anos 2010 e 2014, dado que o valor adicionado por parte dos serviços

ao Produto Interno Bruto do município de Marau, em 2014, aproximou-se do dobro do seu resultado em 2010. A elevação da atividade terciária decorre, principalmente, do avanço dos serviços turísticos no município.

Setor de Atividade	2010 ^a	2011	2012 ^b	2013	2014	Taxa de evolução %
Agropecuária	37.241	37.308	36.781	39.914	47.610	28%
Indústria	5.905	6.582	6.726	7.331	9.602	63%
Serviços	29.355	36.724	43.435	50.000	57.925	97%
Serviços públicos	37.655	42.458	48.215	58.920	63.246	68%
Impostos-subsídios	3.220	3.869	3.816	4.317	4.324	34%
PIB	113.376	126.941	138.973	160.481	182.707	61%

Tabela 2 - Evolução do PIB do município de Marau, por grandes setores de atividade, entre os anos 2010-2014.

Fonte: IBGE (2010), em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

^a Os dados da série revisada (2010 a 2014) têm como referência o ano de 2010, seguindo a nova referência das Contas Nacionais. ^b Os dados da série encerrada (1999 a 2012) têm como referência o ano de 2002.

TURISMO EM MARAU

O turismo no município de Marau é considerado uma atividade econômica de relevância responsável, em grande parte, pela arrecadação local. Observa-se que os produtos e serviços derivados do turismo estão fundamentados na beleza natural do lugar, divulgado como Caribe brasileiro. Marau é um dos quatro maiores destinos da Bahia em questão de turismo, conforme Brasil (2010) cujos atrativos são as belas praias e o estilo de vida tranquilo do local.

A Península de Marau é o local do município que concentra as demandas turísticas, situada entre a foz do Rio Jaguaripe e a Baía de Camamu, com 115 km de extensão de litoral que abrange praias, baías, manguezais, área de restinga, piscinas naturais etc. De modo que, a cesta de bens do município está vinculada ao potencial do Turismo de Sol e Praia e se fortalece pelos atrativos: i) naturais: cachoeiras, praias, rios; ii) aventura: passeios de barco, mergulho e jardineiras; iii) cultural: festas e eventos locais; iv) diferencial: recanto pouco explorado com acesso difícil e serviços de alto padrão (Brasil, 2008).

Recentemente, em maio de 2017, a Prefeitura Municipal de Marau em parceria com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) lançou a marca turística (Figura 2) para fortalecer imagem da Península, com foco na identidade local. De acordo a Prefeitura Municipal de Marau (2017), a ação contempla as metas do Plano

Estratégico de Desenvolvimento e Implementação de Marketing Turístico, lançado no mesmo evento, para construção da imagem e melhor posicionamento do município como destino turístico, eliminando a visão dos povoados desvirtuados do município de Marau. Portanto, foi criada a marca mãe que se diferencia pelo acento agudo na letra “u” a depender do povoado.



Figura 2 - Marca turística da Península de Marau

Fonte: Recuperado de <http://www.marau.ba.gov.br/>, Prefeitura Municipal de Marau, 2017.

Serviços Básicos

Existe uma clara subdivisão socioeconômica no interior do município de Marau que, como já mencionado, é retratada na clara dualidade entre o rural e o urbano. Essa circunstância também é determinante no que diz respeito aos aspectos de infraestrutura da localidade em questão. Assim, foram observadas variáveis concernentes ao suprimento de necessidades básicas que assegurem a sobrevivência digna de qualquer indivíduo e o acesso a serviços públicos elementares e de qualidade.

O primeiro ponto analisado se trata do mecanismo de abastecimento de água oferecido aos domicílios, o sistema de canalização da rede geral de distribuição. Considerando os 66 setores censitários de Marau, de acordo com IBGE (2010), 35 deles apresentaram privação superior a 80% nesse quesito. Segundo SETUR (2015) apenas 26,87% dos domicílios são atendidos pelo sistema e os demais precisam recorrer a um poço na propriedade, como comprovado durante a visita técnica, a maior incidência em áreas rurais.

A segunda variável investigada, saneamento básico, reflete a existência, ou não, de banheiros e esgotamento sanitário nos domicílios de Marau. Foi constatado que apenas 7,15% dos domicílios são atendidos pela rede geral de esgotamento sanitário, por conta disso 41,13% das residências utilizam fossas rudimentares, segundo SETUR (2015). De

acordo o líder comunitário, o escoamento do esgoto é um grande problema, pois *“a fossa fica próxima do poço, então a contaminação da água é comum e causa problemas de saúde, infecção intestinal”*.

Quanto ao fornecimento de energia elétrica, observou-se um baixo nível de privação em relação às demais, visto que poucos setores sofrem com a ausência de energia elétrica. O panorama positivo quanto a esta variável se dá pelos últimos esforços governamentais, de âmbito Federal, como o Programa Luz para Todos. Por fim, foi verificada a variável do destino do lixo, um problema exposto com maior frequência por parte dos moradores. O secretário de Infraestrutura ressaltou que como *“Maraú tá dentro da área de APA, não pode ter aterro sanitário no município. O lixo coletado é depositado no lixão perto da estrada de chão da Península”*. Já o líder comunitário destacou que *“em 2014 foi feito o estudo sobre resíduos sólidos com a proposta de um aterro compartilhado entre Itacaré, Camamu e Maraú”*.

Economia

As Atividades Características do Turismo (ACTs) concentradas na Península de Maraú são atividades de alojamento (*resorts*, hotéis, pousadas e *hostels*) e alimentação (cabanas de praia, bares e restaurantes). As unidades produtivas são formadas, na sua maioria, por empresas de micro e pequeno porte, totalizando 85 que representam 37,6% dos empreendimentos locais de Maraú (SETUR, 2015). Segundo a chefe do gabinete da prefeitura, *“o turismo move o município... Se concentra na Península de Maraú e é o principal responsável pelos empregos gerados à população, seguido da prefeitura e das atividades de agricultura familiar, extrativismo e pesca”*.

Os empregados pelo turismo atuam em atividades de construção civil, limpeza, garçons, camareira, ajudante de cozinha etc., porém a taxa da informalidade do trabalho apresenta índice considerável, predominando no ambiente rural com maior incidência nas temporadas, eventos culturais e festas. Os ocupados por conta própria, acima de 18 anos, representam cerca de 40,7%, seguido dos trabalhadores sem carteira, com 32,7%, e os profissionais em situação de formalidade no emprego totalizam 23% (SETUR, 2015).

Dentre os moradores entrevistados da comunidade de Mangue Verde, região periférica de Barra Grande, um dos entrevistados foi o mestre de obras e carpinteiro que, na ocasião, estava dirigindo a construção de uma sauna em um hotel com mais 4 ajudantes também moradores da comunidade. O entrevistado apontou que *“o pessoal dos hotéis e restaurantes sempre procura meus serviços... É difícil ficar sem serviço”*. Em relação à renda familiar, disse que é suficiente e que a esposa também trabalha em Barra Grande. Outro destaque é que ele espera que o filho adolescente assuma seu lugar posteriormente, para tanto pretende passar toda a experiência profissional.

Outra entrevistada foi a recepcionista de um hotel de alto padrão, também moradora

de Mangue Verde, de 22 anos com o ensino médio completo que ocupa um cargo de confiança. Quando perguntada sobre o trabalho, ela demonstrou estar satisfeita, *“gosto de trabalhar aqui, é um bom emprego”*. Em relação aos cursos de qualificação, ela disse: *“muito difícil ser oferecido e quando tem não posso ir por causa do horário e transporte. O único curso que fiz foi o do hotel de atendimento ao cliente”*. Surgiu então a dúvida sobre a necessidade de ser fluente em outro idioma, e ela respondeu que não tem contato com estrangeiros, pois os clientes do hotel são turistas brasileiros das regiões Sul e Sudeste do país.

Educação

Partindo para a esfera educacional, os dados fornecidos pelo IBGE (2010) revelam alto número de analfabetos, de acordo com a situação censitária, com predominância no intervalo etário entre 15 e 59 anos, com 2.229 pessoas na área rural e 328, na urbana. Apesar de ser a maior faixa de classificação, o resultado chama a atenção inicialmente por corresponder ao momento esperado para a conclusão do ensino médio e ingresso no nível superior e a busca por empregos. Apenas 16,22% da população jovem entre 18 a 20 anos possui ensino médio, de acordo com dados do IBGE (2010).

Além do comprometimento do desempenho profissional, o analfabetismo acarreta dificuldades quanto às duas possibilidades supramencionadas, sendo um fator limitante à entrada e a continuidade de grande parte dos habitantes – que dependem da educação pública – em universidades e faculdades, bem como o avanço no mercado de trabalho e a garantia de oportunidades melhores e até mesmo um plano de carreira. Vale lembrar que essa é uma carência que afeta diretamente todas as outras, por ser um canal para oportunidades que, a longo prazo, tenderia a atrair novos rumos para o município.

Nas entrevistas foram relatadas queixas por parte dos moradores quanto à escassez de capacitação por parte do município e por descontinuidade do aprendizado por parte dos empreendedores. Ao tempo em que os empresários reclamaram da falta de qualificação tanto para atividades consideradas simples, quanto para funções táticas e institucionais. Segundo a proprietária de uma pousada em Barra Grande: *“a gente tem dificuldade para encontrar funcionários capacitados aqui. Na maioria das vezes, tenho que promover um curso básico ou quando o cargo exige, contratar alguém de fora”*.

IMPACTOS AMBIENTAIS

As unidades de conservação representam 58,9% de toda a área do município de Maraú (SETUR, 2015). A Península faz parte da APA (Área de Proteção Ambiental) Baía de Camamu, criada em 2002, com 118.000 ha e que abrange os municípios de Camamu, Maraú e Itacaré, o principal objetivo é preservar o ambiente natural dessa região rica pela diversidade genética tanto da fauna e flora, como do sistema aquático (SILVA; SOUZA

FILHO, 2011). Inclusive, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Costa do Dendê incluiu a implementação de 2 programas voltados para o abastecimento de água e esgotamento sanitário de Barra Grande com orçamento de R\$ 1.451.088,78 e R\$ 1.403.160,57, respectivamente.

Entretanto, apesar dos esforços para a minimização os impactos ambientais, ainda se faz recorrente muitos problemas. Dentre os entrevistados foram destacados alguns impactos negativos recorrentes no meio ambiente e ocupação do território. Segundo o líder comunitário de Barra Grande a atividade pesqueira, que era a principal fonte de renda do povoado, praticamente não é feita desde a consolidação do turismo. Segundo o entrevistado, *“as construções dos hotéis e pousadas fechou a passagem dos alevinos [peixes recém-saídos do ovo] dos rios para o mar e a pesca na região foi acabando”*.

Outro aspecto negativo foi a gentrificação que interfere na qualidade de vida da comunidade receptora e no ordenamento territorial, impactado a paisagem natural. A primeira gentrificação ocorreu devido à supervalorização imobiliária, em que os moradores de Barra Grande venderam os imóveis para dar lugar ao comércio, pousadas e hotéis. Então, esses moradores ocuparam uma região periférica, próximo ao mangue, por isso se chama Mangue Verde com *“cerca de 50 famílias que ocuparam a área e moram hoje em dia”*, segundo o líder comunitário.

Dentre os entrevistados há um consenso ao afirmarem que *“a moradia no Mangue Verde é muito boa, tranquila. Gosto de morar aqui porque é perto de tudo”*, segundo o mestre de obras. Apesar da precariedade dos serviços básicos, o segundo momento da gentrificação já começou devido à valorização imobiliária devido à proximidade de Barra Grande. Segundo o Secretário de Infraestrutura, terrenos e casas pequenas são vendidos por R\$ 50.000,00. Inclusive, um dos entrevistados, um jovem autônomo, descreveu o seguinte: *“recebi uma proposta muito boa pela minha casa, aí vendi e construí outra em Taipu de Fora”*.

Outro importante aspecto se refere ao descarte incorreto dos resíduos sólidos e dejetos. A partir do momento em que o lixo é despejado de forma inadequada, uma série de efeitos encadeados comprometem a saúde dos moradores. O chorume presente na grande quantidade do lixo jogado no lixão, acabam contaminando os lençóis freáticos da Península. As predominantes fossas rudimentares, resultado da ausência de saneamento básico, tornam-se canais para dispersão da poluição, principalmente em dias de chuva, quando o conteúdo dessas fossas se mistura ao lençol freático.

CONCLUSÃO

O turismo tem dinamizado a economia local e faz parte de uma integração regional inserida no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) da Costa do Dendê. Nota-se que a cesta de bens (transporte, alojamento, alimentação, passeios e eventos) do município de Marau, especialmente da Península, tem agregado valor econômico

ao território e atraído turistas do Brasil e do mundo que buscam um lugar tranquilo, afastado, com pouca intervenção humana, rico de belezas naturais e paisagem exuberante.

Entretanto, a população local não tem usufruído de tantos benefícios. Muito pelo contrário, os processos de gentrificação alteraram a qualidade de vida das comunidades quanto aos serviços sociais básicos (esgotamento sanitário, abastecimento de água, acesso a saúde etc.), ao modo de vida, à fonte de renda (da pesca para prestação de serviços), além dos impactos ambientais ocasionados pela modificação do ordenamento territorial. Sendo assim, a problemática do estudo permitiu revelar que o turismo ordena a territorialidade e desenvolvimento em Maraú, favorecendo os empresários que utilizam sua força econômica para obterem êxito em suas reivindicações.

Foi possível observar ainda a relação negativa entre turismo e impactos ambientais e de infraestrutura. As carências relacionadas à infraestrutura básica como saneamento básico, destinação correta dos resíduos sólidos, dificuldades no acesso rodoviário e péssimas condições da estrada de chão, se destacaram. Foi constatado que a população recorre à informalidade por não possuir qualificação para atender as demandas da rede hoteleira e de restaurantes, sendo atribuído ao poder público falta de investimento.

Dessa forma, ratifica-se a complexidade que envolve a articulação entre os grupos de interesse e relações de poder do território, que em Maraú se concentra na atividade turística. Além de apresentar lacunas que impedem o avanço do turismo de forma sustentável, visando o desenvolvimento local que combate as privações de liberdade. Portanto, o turismo no município de Maraú deve se apoiar em uma reestruturação dos valores que movam a consolidação da atividade econômica.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, F. **Globalização e desenvolvimento**. São Paulo: Nobel. 2006.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Atlas cidades: Maraú, BA**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/marau_bae14e3>. Recuperado em 09 jan. 2017 de 2016.

BRANDÃO, C. A. Descentralização enquanto modo de ordenamento espacial do poder e de reescalonamento territorial do Estado: trajetória e desafios para o Brasil. In: V. R. Dallabrida (Org.), **Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. Rio de Janeiro: Garamond. 2011.

BRASIL. **Marcos conceituais**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília: Ministério do Turismo. 2008.

_____. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional: Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional**. Relatório Brasil. Brasília: Ministério do Turismo. 2010.

DINIZ, C. C. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. Universidade Federal de Minas Gerais (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional). 2001).

ESPIRITO SANTO, L. E. V. ; MACEDO, J. R. **Patrimônio cultural e turismo no município de Marau – Bahia**: construções de um destino indutor. *Turismo: Visão e Ação*, 16(2), 294-318. 2014.

FERNANDES, M. de O. **Conceitos de território e lugar na contemporaneidade: a produção nas teses de pós-graduação em geografia de 2001-2011**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul, RS, Brasil. 2013.

FURTADO, C. **Em Busca de um Novo Modelo**: Reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2010**: Cidades. 2016.. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=292070>>. Acesso: 26 dez. 2016.

LANCASTER. **A new approach to consumer theory**. *Journal of Political Economy*, 74, pp. 132-57. 1966.

LÉVY, J. Centre-ville: toutes directions. *Espaces Temps* (33), pp. 50- 58. 1986

MARTINS, L. S. **Território, ordenamento e turismo**: entre os excessos da construção e os valores da conservação. *Infogeo*, pp. 99-103. 2007.

MARTINS, J. S.; MOLINA, S. M. G. **Turismo e a emergência de novas territorialidades**: o caso de Itaúnas-ES. 2008.

PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAÚ. **Maraú**: rumo ao progresso. 2017. Disponível em: < <http://www.marau.ba.gov.br/>>. Acesso em:10 jun. 2017.

SALEM, E. **Planification Territoriale et Développement Durable** : quelles avenues pour la ville de sept-îles? *Maîtrise em environnement*. Université de Sherbrooke. 2014.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec. 1996.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

SECRETARIA DO TURISMO. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável** (PDITS): Costa do Dendê. Governo da Bahia. 2015.

SILVA, I. R.; SOUZA FILHO, J. R. **Sensibilidade ambiental de praias**: um exemplo de análise para a península de Marau, sul do estado da Bahia, Brasil. *Pesquisas em Geociências*, pp. 147-157. 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultores familiares 6, 99, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 198

C

Contribuições 6, 12, 74, 75, 102, 117, 188, 192, 199

Cultura 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 29, 30, 39, 42, 43, 53, 54, 77, 81, 94, 95, 97, 101, 103, 104, 106, 125, 132, 141, 164, 167, 175, 206, 211, 216, 217

D

Desenvolvimento local 5, 136, 137, 140, 147

E

Educação ambiental 5, 93, 94, 104, 107, 116

Educação do campo 5, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 105, 106

Educação superior 4, 61, 62, 63, 64, 67, 75, 76, 99

Emoções 31

Estudantes 4, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 202, 203

F

Foucault 14, 15, 16, 17, 18, 20, 29, 30, 56, 59, 83, 91, 204

I

Inclusão 76, 99, 111, 196, 199

J

Justiça social 61, 62, 63, 67, 68, 76, 77

K

Kaingang 4, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 190

M

Maraú 5, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

P

Participação estudantil 61

Política afirmativa 61, 62, 63, 65, 68, 77

Potencialidades 6, 2, 98, 105, 116, 136, 188, 189, 191, 192, 194

Prevenção 191

Processos de subjetivação 14

Professores 5, 68, 93, 96, 99, 100, 102, 103, 106, 109, 194, 196, 216, 217

Projetos ambientais 4, 44

R

Recurso ambiental 108, 110, 115

S

Saberes indígenas 93, 96, 99, 100

Saúde 4, 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 99, 102, 103, 144, 146, 147, 149, 150, 192, 197, 199, 217

T

Território 5, 2, 4, 5, 6, 10, 11, 47, 93, 97, 104, 110, 136, 137, 138, 139, 146, 147, 148, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 199

Turismo 5, 46, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 144, 146, 147, 148, 181, 182, 187, 212

U

Universidade 6, 2, 5, 11, 12, 13, 31, 44, 61, 69, 73, 74, 76, 93, 97, 99, 100, 105, 107, 108, 109, 116, 117, 136, 148, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 216, 217

V

Valoração 5, 76, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 116, 117, 118

SOCIOLOGIE:

ORDEM E POLÍTICAS SOCIAIS NA ATUALIDADE

2

 www.arenaeditora.com.br
 contato@arenaeditora.com.br
 @arenaeditora
 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

SOCIOLOGIE:

ORDEM E POLÍTICAS SOCIAIS NA ATUALIDADE

2

 www.arenaeditora.com.br
 contato@arenaeditora.com.br
 [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
 www.facebook.com/arenaeditora.com.br